



Defensores públicos-gerais reúnem-se com a presidente do STF



Integrando comitiva do Colégio Nacional dos Defensores-Gerais (Condege), a defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se com a presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia.

PÁGINA 3

Defensores públicos da Regional Mata II recebem defensora-geral



PÁGINAS 4 e 5

DPG reúne-se com presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais



PÁGINA 9

Oficiais da Polícia Militar fazem visita técnica à Defensoria Pública

PÁGINAS 11 a 14

Realizado o II Encontro Geral das Câmaras de Estudos da DPMG

PÁGINAS 18 e 19

MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL



Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,

Intenso e profícuo trabalho marcou a última quinzena. Reuni-me com os defensores públicos em atuação na Regional Mata II, ocasião em que foram abordados, entre outros temas, a questão da segurança, o orçamento da DPMG e os impactos da crise orçamentário-financeira do Estado sobre os poderes e instituições autônomas, a lei da área meio, a representação da nossa Instituição em Brasília, o lançamento da revista.def e as atividades desenvolvidas pela Esdep. A reunião aconteceu em Cataguases, onde o Conselho Superior da Defensoria Pública realizou a terceira reunião itinerante e 7ª Ordinária de 2017. Tratou-se de importante oportunidade de encontro entre os membros do Conselho e os defensores públicos do interior.

No âmbito das relações interinstitucionais, destaco minha reunião, por meio do Condege, com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia; a reunião com o presidente do Tribunal de Justiça; a visita técnica que recebemos de oficiais da Polícia Militar; além dos eventos prestigiados: lançamentos do Memorial da Democracia e da revista "O Alferes" da PMMG; reunião inaugural do "Mulheres por Minas"; homenagem ao Dia dos Bombeiros; abertura da Conferência Estadual de Saúde das Mulheres e do III Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais; solenidade de implantação do SEEU em Uberaba; instalação da Comissão Extraordinária das Mulheres da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; e o seminário que debateu

perdas causadas pelas desonerações da Lei Kandir. Também foram realizadas reuniões com a diretoria da Adep-MG e com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais (OAB/MG).

Na seara das capacitações, ressalto o II Encontro Geral das Câmaras de Estudos; a participação, como palestrantes e como ouvintes, de defensores mineiros no II Encontro Nacional dos Defensores Públicos do Tribunal do Júri; a participação no Seminário de Direito das Famílias das Defensorias Públicas e no XXIII Conbrascom; além da visita técnica realizada nas Defensorias Estaduais do Pará e do Maranhão, onde nossa equipe colheu informações afetas à dinâmica de serviços prestados pelas instituições. Ainda nesse sentido, recebemos representantes do INSS, fortalecendo a parceria já iniciada com o órgão, com o intuito de tornar mais efetivos os serviços de ambas, e foi realizada reunião com a coordenação local de Betim, ocasião em que também foi abordada a melhoria do atendimento inicial aos assistidos da Defensoria Pública.

Outro destaque foi a reunião do Grupo Interdefensorial do Rio Doce (GIRD), que sediamos, no dia 27 de junho. Na ocasião, os defensores públicos dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e da União alinharam estratégias de atuação do Grupo e, também, receberam o consultor regional do Innovare, para avaliação da atuação do GIRD, em relação à premiação de 2017.

Ressalto o êxito em liminar que suspendeu cobrança de taxas por faculdade em Barbacena; a confirmação, pelo TJMG, de sentença que obriga município de Belo Horizonte a assegurar matrícula de crianças de zero a cinco anos em creche e pré-escola; a participação em audiência pública na Câmara dos Deputados que debateu situação de crianças e adolescentes em entidades de acolhimento e na audiência pública que debateu concessão da rodovia MG-290, em Inconfidentes. Confira também as palestras realizadas, em Montes Claros e em Betim, e a atuação da Defensoria Pública Itinerante em Papagaios.

Despeço-me, convidando a todos para o V Concurso de Práticas Exitosas, que acontecerá nesta sexta-feira, dia 14.7.2017, às 13h30, no auditório da antiga sede da DPMG em Belo Horizonte. Participe e fique por dentro dos 21 trabalhos inscritos.

Um abraço a todos e boa leitura!

Christiane Neves Procópio Malard
Defensora pública-geral



Defensores públicos-gerais reúnem-se com a presidente do STF

Integrando comitiva do Colégio Nacional dos Defensores-Gerais (Condege), a defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se com a presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia.

Participaram do encontro, que aconteceu no dia 13.07.2017, em Brasília, o presidente do Condege e defensor-geral da Bahia, Clériston Cavalcante; o vice-presidente do Condege e defensor-geral do Rio de Janeiro, André Castro; a subdefensora pública-geral do Tocantis, Estellamaris Postal; e o subdefensor público-geral do Rio Grande do Norte, Marcus Vinicius Soares Alves.

Durante a reunião, foram tratados temas de interesse comum aos defensores públicos e à presidente do STF e CNJ, como a questão das penitenciárias e das mulheres presas, especialmente aquelas que se encontram em condições de maior vulnerabilidade, como em período de gravidez ou lactação.

Outros temas abordados no encontro foram a realização das audiências de custódia de presos provisórios, a atuação das Defensorias Públicas junto aos Tribunais de Justiça dos estados para a implementação dessas

audiências e a realização de mutirões para dar agilidade à concessão de progressões de regime prisional, liberdade provisória e outros benefícios de direito do preso.

Também foi discutida na reunião a possibilidade de maior integração entre os defensores públicos estaduais e o Processo Judicial Eletrônico, com a participação deles no comitê gestor do PJe.

A ministra Cármen Lúcia convidou a comitiva do Condege para apresentar o sistema do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), em nova reunião prevista para o mês de agosto próximo. A intenção é aproximar as Defensorias desse novo sistema desenvolvido pelo CNJ, voltado para a formação de um cadastro único de presos.

Na oportunidade, a Defensora geral, Christiane Malard tratou com a ministra sobre a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) em Minas Gerais, reiterando a necessidade de alteração do perfil da Defensoria Pública, com a criação do perfil institucional, reforçando todos os termos do ofício n. 007/2017/DPMG/DPG, que já havia sido enviado ao Conselho Nacional de Justiça em janeiro de 2017.

Christiane Malard falou ainda sobre a instalação do escritório de representação da DPMG em Brasília. Além de cumprir meta do plano de gestão, atende ao anseio da classe pela sua estruturação, o que permitirá o trabalho presencial e permanente dos defensores públicos mineiros nos Tribunais Superiores, com acompanhamento mais próximo dos direitos e das decisões judiciais na última instância.

Com informações do STF



Defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard; presidente do STF, ministra Cármen Lúcia; presidente do Condege e defensor-geral da Bahia, Clériston Cavalcante; subdefensor público-geral do Rio Grande do Norte, Marcus Vinicius Soares Alves

Defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard; presidente do STF, ministra Cármen Lúcia; presidente do Condege e defensor-geral da Bahia, Clériston Cavalcante; subdefensora pública-geral do Tocantis, Estellamaris Postal; e o vice-presidente do Condege e defensor-geral do Rio de Janeiro, André Castro





Defensora-geral reúne-se com defensores públicos da Regional Mata II

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se com os defensores públicos em atuação na Regional Mata II, no dia 06 de julho, na unidade da DPMG em Cataguases

Acompanharam a defensora-geral, os assessores Gério Patrocínio Soares (Institucional) e Rafael de Freitas Cunha Lins (Planejamento e Infraestrutura), a diretora da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG), Hellen Caires Teixeira Brandão, e o assessor Militar, cel. Westerson Guimarães Pinto.

Participaram do encontro, a coordenadora da Regional Mata II e Local em Cataguases, Eliana Maria Spíndola de Oliveira, e os defensores públicos: André Ricardo Nery, Cataguases/Leopoldina; Davi Campos Pereira e Bruno Meirelles Jardim, de Cataguases; Júlio César de Castro Martins, Ellon Agostini Rodrigues dos Santos, Paula Ávila Dantas Brunner, de Ubá; Glauco Rodrigues de Paula e Horácio Vanderlei Tostes, de Viçosa; Roberta Lima de Paula, de Leopoldina; José Geraldo Mafia Júnior, Jamel Castro do Amaral Paes, Marcus Tarcísio Silva de Castro, Carlos Eduardo de Oliveira e André Luiz Campos Vieira, de Muriaé; Maria Antonieta Rigueira Leal Gurgel, Nilza Martins Pataro Machado e Juliano de Oliveira Santos, de Ponte Nova; e Sâmara Soares Dantas, de Visconde do Rio Branco.

Na abertura do encontro, a defensora-geral ressaltou a importância das reuniões nas regionais e a presença de um número expressivo de defensores públicos, fundamental para a troca de ideias, sugestões, conhecimento e experiências. “O defensor público já nasce com

a disposição de, apesar do volume de trabalho em cada comarca, ir além da sua atuação judicial”, completou.

Em seguida, a coordenadora Eliane Spíndola saudou a todos e lembrou que a Regional sempre teve a atenção da administração superior, ressaltando a confiança no trabalho que vem sendo desenvolvido pela Defensoria-Geral.

Inicialmente, o assessor Militar, cel. Westerson, apresentou algumas medidas relacionadas à área de segurança, como aquisição de equipamentos para a Capital e Interior, e as visitas da equipe, juntamente com outros setores, aos imóveis, tanto aqueles onde a Defensoria Pública já está instalada, como aqueles a serem locados, para avaliação da segurança do local. “Nestas visitas, buscamos orientar os defensores e servidores quanto a procedimentos a serem adotados que possam minimizar riscos, e nem sempre envolvem custos”, completou.

Os defensores públicos apresentaram as principais demandas relacionadas a segurança, que afetam suas comarcas, para serem levadas ao comando regional da Polícia Militar. O cel. Westerson ressaltou a importância deste contato direto com os comandos regionais e, também, de uma aproximação das unidades da DPMG com os comandantes locais da Polícia Militar.

continua >>



A defensora-geral, Christiane Malard, e assessores da Defensoria-Geral reuniram-se com os defensores públicos em atuação na Regional Mata II



Continuação

Defensora-geral reúne-se com defensores públicos da Regional Mata II



O encontro aconteceu na sede da Defensoria Pública em Cataguases

Em seguida, a defensora-geral, Christiane Malard, fez um resumo histórico da evolução do orçamento da DPMG e os impactos da crise orçamentário-financeira do Estado sobre os poderes e instituições autônomas.

Na sequência, a defensora-geral falou sobre o progresso no processo de negociação anual do orçamento com o Governo estadual, permitindo, desde 2016, que a DPMG possa planejar e incrementar as ações; os avanços trazidos pela Lei Complementar 141/16 e o intenso trabalho realizado pela Defensoria-Geral para implementação das novas disposições legais. Disse, também, que já iniciaram as negociações para o orçamento do próximo ano. “É muito importante que a classe conheça a realidade da Instituição e do estado, e saiba que estamos trabalhando para, não só encaminhar, mas garantir a aprovação de uma proposta melhor que as dos anos anteriores”, concluiu.

Sobre a lei da área meio, Christiane Malard ressaltou a aprovação do PL 4.048/17, na Comissão de Constitui-

ção e Justiça da ALMG, lembrando o apoio do deputado Isauro Calais e demais deputados da CCJ, para a tramitação e aprovação deste e de outros projetos de interesse da Defensoria Pública.

Christiane Malard abordou, ainda, a representação da DPMG em Brasília, e o lançamento da revista.def. “Enquanto a recém-criada Esdep-MG traz conhecimento para dentro da Instituição, a revista leva para o âmbito externo as discussões de temas afetos à Defensoria Pública”, concluiu.

Ao final, a diretora da Esdep-MG, Hellen Caires, apresentou as atividades desenvolvidas pela escola, convidando todos a participarem dos cursos que estão sendo oferecidos e, também, como professores e palestrantes. Explicou que, além das atividades presenciais, estão sendo oferecidos cursos virtuais e todas as palestras e afins estão sendo gravadas e disponibilizadas no site da Esdep, garantindo o acesso integral do conteúdo ao defensor público do interior.

Conselho Superior realiza a 3ª sessão itinerante

O Conselho Superior da Defensoria Pública realizou, no dia 07 de julho, a terceira reunião itinerante e 7ª Ordinária de 2017, na comarca de Cataguases, no plenário da Câmara Municipal.

A sessão foi presidida pela defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, com a participação dos conselheiros natos: Wagner Geraldo Ramalho Lima, subdefensor-geral; e Ricardo Sales Cordeiro, corregedor-geral; dos membros eleitos: Galeno Gomes Siqueira

(secretário), Thiago Dutra Vaz, Érica de Almeida Gomes, Marco Túlio Frutuoso Xavier; e do representante de classe, Eduardo Cyrino Generoso, presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG).

continua >>

Continuação

Conselho Superior realiza a 3ª sessão itinerante



Membros do CSDPMG, defensores públicos em atuação na Regional Mata II e convidados do município

Participaram, o assessor institucional, Gério Patrício Soares; o assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins; o assessor Militar, cel. Westerson Guimarães Pinto; a diretora da Esdep-MG, Hellen Caires Teixeira Brandão; a coordenadora da Regional Mata II, Eliana Maria de Oliveira Spindola; a coordenadora Local em Leopoldina, Roberta Lima de Paula; os defensores públicos Bruno Meireles Jardim, de Cataguases; André Ricardo Nery, em atuação em Cataguases e Leopoldina; Marcus Tarcísio Silva de Castro, André Luiz Campos Vieira e José Geraldo Mafia Júnior, da Defensoria Pública em Muriaé. Presentes,

ainda, os vereadores municipais Michelângelo de Melo Corrêa, presidente da Câmara Municipal; Mauro Ruela, sargento Jorge Roberto e doutora Maria Ângela; além da professora Ana Idalina Carvalho Nunes.

Na abertura da reunião, a defensora pública-geral, Christiane Malard, cumprimentou os presentes, agradecendo a coordenadora da Regional Mata II e Local em Cataguases, Eliana Spíndola, pelo empenho na organização da sessão itinerante. “Uma das defensoras públicas mais ativas e vocacionadas, cuja atuação é marcada pela excelência, pela dedicação e pelo trabalho incansável a favor dos assistidos”, ressaltou.

continua >>



Subdefensor público-geral, Wagner Ramalho; defensora-geral, Christiane Malard; vereador Mauro Ruela; corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro

Continuação

Conselho Superior realiza a 3ª sessão itinerante

Agradeceu, também, à Câmara Municipal pela cessão do espaço e da infraestrutura para a realização da reunião. “É com muita alegria que realizamos a sessão itinerante do Conselho Superior nesta Casa, onde o trabalho da Defensoria Pública é respeitado, valorizado e reconhecido por seus membros. Particularmente, tenho um carinho especial pela Câmara Municipal, pela concessão do título de cidadã honorária de Cataguases, por mim recebido com muita honra”, enfatizou.

Christiane Malard falou, ainda, sobre a Deliberação nº 43/2013, que regulamenta a realização das sessões itinerantes do CSDPMG, onde todas as regionais do Estado serão visitadas, seguindo ordem de sorteio e a efetivação pela Defensoria-Geral, que criou condições orçamentárias para que as reuniões ocorram.

Os demais integrantes do CSDPMG reiteraram o agradecimento à Câmara Municipal de Cataguases, enfatizando a importância da integração entre os poderes para bem servir à população. Além disso, os conselheiros agradeceram a presença dos defensores públicos da Regional Mata II e reforçaram a relevância das sessões itinerantes nas regionais do Estado, principalmente por permitir a troca de ideias entre a Administração Superior e as unidades da Defensoria Pública, e a contribuição dos defensores no debate de temas de interesse comum a todos os membros da Instituição.

A DPG Christiane Malard ressaltou que a Defensoria Pública é uma instituição respeitada e reconhecida na comarca, com atuação marcante em diversas áreas, como por exemplo, na promoção de várias campanhas bem sucedidas no combate à drogadição; na regularização da individualização dos hidrômetros no condomínio São Marcos, em parceria com a Câmara dos vereadores e o Poder Executivo local; nas inspeções em estabelecimentos que, de alguma forma, abriguem assistidos, como a casa de passagem, asilos, entre outros.

Em seguida, a coordenadora da Regional Mata II e Local em Cataguases, Eliana Spíndola lembrou que a

Câmara Municipal da comarca é uma grande parceira da Defensoria Pública, na busca por soluções de várias demandas que afetam a população carente.

Informes do CSDPMG

Após a abertura da sessão, a defensora pública-geral, Christiane Malard, apresentou os informes da Defensoria-Geral.

Falou sobre o Casamento Comunitário em Belo Horizonte, com a participação de 1000 casais, realizada no Mineirinho, no dia 23 de junho, com a presença de diversas autoridades, como o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, e da presidente do Servas, Carolina Pimentel. Lembrou, ainda, do sucesso da iniciativa realizada, também pela Defensoria Pública em Cataguases, com a celebração civil do casamento de 32 casais, em 23 de abril.

Relatou o lançamento da primeira edição da revista .def, convidando os defensores públicos a produzirem artigos sobre temas afetos ao universo jurídico. Entregou, oficialmente, um exemplar para o vereador Mauro Ruela que, durante a primeira parte da reunião, representou o presidente da Câmara Municipal.

Comunicou sobre a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Assembleia Legislativa, do Projeto de Lei nº 4.048/17, de autoria da defensora pública-geral, que institui as carreiras de técnico e analista da DPMG.

Falou sobre a realização da cerimônia de julgamento e premiação do V Concurso de Práticas Exitosas da DPMG, que acontece no próximo dia 14 de julho, cujo objetivo é incentivar práticas criativas realizadas por defensores públicos e, nesta edição, pela comunidade em geral.

Por fim, falou sobre o encerramento, no dia 21 de julho, das inscrições para o mutirão para a propositura de ações de retificação de nomes para pessoas transexuais e travestis. O mutirão acontece no dia 26 de julho, sendo uma iniciativa da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais.

continua >>



Conselheiros e defensores públicos da Regional Mata II, que participaram da terceira sessão itinerante do CSDPMG, em Cataguases

Continuação

Conselho Superior realiza a 3ª sessão itinerante



Diretora da Esdep-MG, Hellen Caires, apresentou para o Conselho Superior o Plano Geral de Atuação da Defensoria Pública para 2018

Apresentação do PGA

A diretora da Escola Superior, Hellen Caires Teixeira Brandão, apresentou o Plano Geral de Atuação para 2018 (PGA/2018). De acordo com a defensora pública, o plano apresentado neste ano apresenta uma mudança interessante, que contou com o apoio da Fundação João Pinheiro na sua elaboração, “além de uma interação mais efetiva da classe na apresentação de propostas”, ressaltou.

Hellen Caires disse, ainda, que o PGA/2018 se apresenta de forma mais objetiva e estratégica, com foco nos resultados finalísticos, voltados para o cidadão.

A Defensoria Pública e a Escola Prisional

Professora Idalina Nunes participou da reunião do CSDPMG, para falar sobre o estudo realizado no Presídio de Cataguases, mostrando a importância da Defensoria Pública e da Escola Prisional em mostrar ao encarcerado seu papel dentro da sociedade



Vereadores Maria Ângela, Mauro Ruela e sargento Jorge Roberto elogiaram a eficiência da atuação da Defensoria Pública no Estado, em especial, na comarca de Cataguases, e afirmaram a importância do reconhecimento do trabalho dos defensores públicos em prol das pessoas menos favorecidas

Revista .def

O subdefensor-geral, Wagner Ramalho, e a coordenadora da Regional Mata II e Local e Cataguases, Eliana Spindola, entregaram, ao final da sessão, exemplar da revista .def para o presidente da Câmara Municipal, Michelângelo de Melo Corrêa





Defensora pública-geral reúne-se com presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada do coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luís Camargos Araújo, esteve com o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Herbert Carneiro.

O encontro aconteceu na presidência do TJMG, dia 30.06.2017. Presentes, ainda, o superintendente administrativo adjunto do TJMG, desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga e o juiz auxiliar da presidência, Thiago Colnago Cabral.

Durante a visita, a defensora-geral entregou um exemplar da revista .def, produzida pela Defensoria Pública que traz, em sua primeira edição, entrevista exclusiva com o presidente do TJMG, sobre sua gestão frente

ao órgão, questão prisional no país e em Minas Gerais e a relação entre o TJMG e a DPMG.

Christiane Malard agradeceu a colaboração do desembargador e ressaltou que a publicação busca contribuir para a difusão do conhecimento jurídico e a troca de ideias entre as instituições do Sistema de Justiça.

Em seguida, foram tratados assuntos de interesse das instituições e, também relacionados ao programa Julgar, promovido pelo TJMG.



Defensora-geral Christiane Malard entregou um exemplar da revista .def para o desembargador Herbert Carneiro, presidente do TJMG



Coordenador da área Criminal da Capital, Fernando Luís Camargos Araújo; defensora-geral, Christiane Malard; presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro; superintendente administrativo adjunto do TJMG, desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga e juiz auxiliar da presidência Thiago Colnago Cabral





“Mulheres por Minas” tem participação da defensora pública-geral

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, representou a Instituição na reunião inaugural do projeto “Mulheres por Minas”, realizada no dia 07.07.2017.



Defensora pública-geral, Christiane Malard

Participaram também do evento a secretária adjunta de Casa Civil e Relações Institucionais, Mariah Brochado Ferreira; o assessor Institucional da Defensoria-Geral, Gério Patrocínio Soares; e a defensora pública Juliana de Carvalho Bastone; além de outras autoridades.

O projeto, que é uma ação do Núcleo Multifacetário do Estado de Minas (Numem), parceria do Governo do Estado de Minas Gerais e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tem como objetivo destacar as ações de mulheres que atuam em prol do Estado de Minas Gerais. Sua finalidade é debater em seminários a condição da mulher e confrontar a invisibilidade das mesmas, apesar das relevantes ações e papéis ocupados pela figura feminina na sociedade e na cultura mineiras, sem o equivalente reconhecimento.

A defensora pública-geral, Christiane Malard, ressaltou a importância do empoderamento da mulher, destacou a atuação da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência e colocou a DPMG à disposição para parcerias relativas ao projeto “Mulheres por Minas”.

Os seminários serão promovidos na Capital e no interior, em eventos itinerantes. A reunião inaugural contou com apresentação de mulheres que se destacaram em suas respectivas áreas de atuação.

Com informações da SECCRI

FOTO: MARCO EVANGELISTA



Defensora-geral, Christiane Malard; secretária adjunta de Casa Civil e Relações Institucionais, Mariah Brochado; e a defensora pública Juliana Bastone





Defensora-geral prestigia lançamento do Memorial da Democracia

No dia 10.07.2017, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, representou a Instituição na solenidade de lançamento da 2ª fase do Memorial da Democracia, museu virtual multimídia produzido em parceria entre o Instituto Lula e o Projeto República, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A DPG estava acompanhada pelo assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares.



Defensora-geral, Christiane Malard; o ex-presidente Lula; e o assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares



**DPG
Christiane
Malard
acompanhada pelo
governador de Minas
Gerais,
Fernando
Pimentel**

O evento de lançamento, que aconteceu no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, contou com a presença do ex-presidente Lula e do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, além de prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, reitores, representantes de movimentos sociais e sindicais, trabalhadores e estudantes.

O Memorial da Democracia é dedicado às lutas do povo brasileiro por mais democracia. A nova fase compreende mais de 300 episódios da história e 24 capítulos especiais que retratam o Brasil desde a revolução de 1930, até o golpe militar de 1964.

Com informações da ALMG (11/07/2017)

Oficiais da Polícia Militar fazem visita técnica à Defensoria Pública

Atividade faz parte de curso de especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública realizado pela PMMG

No dia 11 de julho, a Defensoria Pública de Minas Gerais recebeu um grupo de oficiais superiores da Polícia Militar de Minas Gerais, para visita técnica visando ao conhecimento dos ambientes estratégicos do Estado. A atividade integra o curso de especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública, realizado pela PMMG em parceria com a Fundação João Pinheiro, com o objetivo de habilitação para o exercício de cargos e encargos inerentes ao oficial gerente de nível estratégico.

Ao abrir o encontro e dar as boas-vindas aos oficiais,

a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, manifestou sua satisfação “em receber os policiais na Casa da Cidadania” e ressaltou a atuação da defensora pública Silvana Lobo perante a Justiça Militar. Christiane Malard destacou a importância da parceria da DPMG com a Polícia Militar de Minas Gerais e traçou um breve retrospecto da implantação do Centro de Segurança Institucional na Defensoria Pública de Minas Gerais, “que foi a primeira Defensoria do Brasil a contar com um gabinete militar”.

continua >>



Continuação

Oficiais da Polícia Militar fazem visita técnica à Defensoria Pública



Defensora-geral, Christiane Malard; chefe do Centro de Segurança Institucional da DPMG, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto; defensora pública em atuação na Justiça Militar, Silvana Lobo; assessor de relações institucionais da PMMG, cel. Ronaldo de Assis; e oficiais militares alunos do curso de especialização

A defensora-geral afirmou que “o grande desafio das instituições é dar continuidade às parcerias”, e que a Defensoria Pública e a PMMG têm conseguido, não apenas manter a parceria, mas também consolidá-la, criando força e corpo para o Centro de Segurança Institucional. Christiane Malard destacou que “hoje, todos os defensores públicos de Minas Gerais sentem necessidade da assessoria militar” e que “é muito importante que os defensores das comarcas possam contar com a PMMG”.

Ao falar sobre a missão constitucional da Defensoria Pública, áreas de atuação, Especializadas e atuação extrajudicial, a DPG destacou a pacificação social como missão comum entre a Defensoria Pública e a Polícia Militar. Christiane Malard declarou contar com o apoio

de cada um dos policiais presentes e colocou a DPMG à disposição da corporação militar.

O assessor de relações institucionais da PMMG, cel. Ronaldo de Assis, agradeceu a acolhida e endossou as palavras da defensora-geral, destacando a missão comum entre as instituições. O assessor ressaltou a importância de fortalecer, cada vez mais, a parceria existente.

Após a exibição do vídeo institucional da Defensoria Pública de Minas Gerais, o chefe do Centro de Segurança Institucional da Casa, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto, teceu considerações sobre o papel da assessoria militar no âmbito da Defensoria Pública, prestando informações sobre sua organização, composição, missão e atividades desenvolvidas.

continua >>

Assessor de relações institucionais da PMMG, cel. Ronaldo de Assis; DPG Christiane Malard; defensora pública Silvana Lobo; e o chefe do Centro de Segurança Institucional, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto



Continuação

Oficiais da Polícia Militar fazem visita técnica à Defensoria Pública



HOMENAGEM

Durante a visita, a PMMG homenageou a defensora-geral, Christiane Malard, com um certificado de agradecimento

A defensora pública Silvana Lobo, que atua perante a Justiça Militar, forneceu informações sobre o trabalho da Defensoria na Justiça Militar, que é integral e gratuito, atendendo a praças e oficiais de todas as graduações e patentes da corporação. A atuação engloba orientação e a defesa nos processos de competência da Justiça Militar, assim definidos em lei.

A defensora pública ressaltou que a atuação na Justiça Militar é diferenciada, exigindo respostas quase que imediatas, e destacou que os três estados que possuem Justiça Militar – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – são os que possuem as melhores polícias militares, que são modelos de segurança pública para todo o país.

O assessor Institucional, defensor público Nikolas S. Macedo Katopodis, fez um retrospecto histórico da Defensoria Pública, explicou as diferenças entre o exercício da advocacia privada e a carreira de defensor público, falou sobre as funções institucionais da Defensoria e as atribuições do defensor público; além de destacar o volume de atendimentos realizados pela Instituição.

Nikolas Katopodis ressaltou que no interior do estado, muitas vezes, o trabalho do defensor público é mal compreendido, no sentido de ser conflitante com o da Polícia Militar, mas que as atividades de ambas as instituições são complementares, cada uma na sua função constitucional.



Defensora pública Silvana Lobo, em atuação na Justiça Militar

Continuação

Oficiais da Polícia Militar fazem visita técnica à Defensoria Pública

Assessor de relações institucionais da PMMG, cel. Ronaldo de Assis; assessor Institucional, defensor público Nikolas Katopodis; coordenador da DPDPH, Aylton Rodrigues Magalhães; e o chefe do Centro de Segurança Institucional, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto



O coordenador da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), Aylton Rodrigues Magalhães, abordou os conceitos de conflito urbano e rural e discorreu sobre a atuação da Defensoria Pública nesses conflitos. Sobre a atuação da

PM quando do recebimento da ordem do cumprimento de reintegração de posse, Aylton Rodrigues salientou que a corporação deve “aguardar a tentativa de conciliação, para buscar uma solução mais digna para os moradores, que não seja o cumprimento forçado da medida”.

Defensora pública-geral reúne-se com diretores da Adep-MG

Em continuidade às reuniões realizadas com a Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), no dia 12.07.2017, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, e assessores da Defensoria-Geral reuniram-se com membros da diretoria da Associação para tratar de assuntos institucionais.

Participaram do encontro os assessores Diana de

Lima Prata Camargos, Nikolas S. Macedo Katopodis, Cibele Cristina Maffia Lopes, Gério Patrocínio Soares (Institucionais), Roberta de Mesquita Ribeiro (de Planejamento e Infraestrutura) e Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias (Jurídico-Institucional); além do presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso, do vice-presidente, Flávio Aurélio Wandeck Filho, e do diretor jurídico e de defesa das prerrogativas, Lucas Diz Simões.



Assessores Diana de Lima Prata Camargos, Nikolas S. Macedo Katopodis (Institucionais), Roberta de Mesquita Ribeiro (Planejamento e Infraestrutura), Gério Patrocínio Soares (Institucional); subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; diretor jurídico e de defesa das prerrogativas Lucas Diz Simões; vice-presidente Flávio Aurélio Wandeck Filho; assessoras da Defensoria-Geral, Cibele Cristina Maffia Lopes (Institucional) e Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias (Jurídico-Institucional)

Defensoria Pública prestigia homenagem ao Dia dos Bombeiros

O subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na solenidade de entrega da Medalha da Ordem do Mérito Imperador Dom Pedro II e Comenda Bombeiro Honorário 2017, oferecida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

A solenidade aconteceu dia 30.06.2017, na Cidade Administrativa, em comemoração ao Dia Nacional dos Bombeiros, celebrado em 1º de julho.

Foram agraciadas 86 personalidades civis ou militares e instituições que contribuíram para o engrandecimento da corporação.



O subdefensor-geral, Wagner Ramalho (4ª posição, segunda fileira), participou do dispositivo de autoridades na solenidade presidida pelo governador Fernando Pimentel



O subdefensor-geral foi acompanhado pelo assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares e pelo assessor Militar, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto



Resolução Conjunta dispõe sobre procedimento nas notificações e requisições aos agentes políticos que menciona

Encontra-se disponível na intranet a Resolução Conjunta nº 001/2017 da Defensoria-Geral e Corregedoria, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais no dia 07/07/2017, que dispõe sobre o procedimento a ser adotado nas notificações e requisições que tiverem como destinatários o governador e o vice-governador do Estado; os presidentes do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas;

o procurador-geral de Justiça; os secretários de Estado e o advogado-geral do Estado.

Conforme a resolução, referidas notificações e requisições serão encaminhadas pelo defensor público-geral, mediante requerimento do membro da Defensoria Pública.

Leia aqui a Resolução Conjunta nº 001/2017.

Ações em destaque

Equipe da DPMG faz visita técnica a defensorias do Norte e Nordeste do Brasil

Entre os dias 26 e 28 de junho, uma equipe da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) esteve nas Defensorias Públicas dos Estados do Pará e do Maranhão, com o objetivo de colher informações a respeito das áreas afins de cada coordenação.

Integraram o grupo da DPMG a coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar; a coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; o superintendente de Tecnologia da Informação, Adriano Otávio Rocha Teixeira; e a coordenadora técnica e psicóloga do Núcleo Psicossocial, Luciana Raquel Azevedo Gama.

Em Belém, conheceram o sistema de agendamento por telefone, que é referencial no Brasil, visitando vários setores, colhendo materiais e compartilhando informações. Foram recebidos pela defensora pública-geral, Jeniffer de Barros Rodrigues, pelo subdefensor-geral, Vladimir Augusto de Carvalho Lobo e Avelino Koenig e pela coordenadora do Atendimento, Stella Lobato.



Coordenadora de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Glaeser; coordenadora do Atendimento da DPE-PA, Stella Lobato; subdefensor-geral, Vladimir Augusto Lobo; defensora-geral DPE-PA, Jeniffer de Barros Rodrigues; coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar; psicóloga do Núcleo Psicossocial, Luciana Raquel Azevedo Gama; superintendente de Tecnologia da Informação, Adriano Otávio Rocha Teixeira



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Equipe da DPMG faz visita técnica a defensorias do Norte e Nordeste do Brasil**

No Maranhão, a comitiva pôde ver temas afetos aos serviços por eles desenvolvidos. Foram recebidos pelo defensor público-geral, Werther de Moraes Lima Júnior, pelo subdefensor-geral, Emanuel Pereira Accioly e pela coordenadora de Atendimento, Kamila Barbosa Damasceno e Silva.

Os defensores públicos maranhenses narraram o histórico da instituição, com os obstáculos vencidos e os desafios do porvir. Com suas observações, contribuíram para uma análise diferenciada da Defensoria Pública do Maranhão, traçando paralelos em comum e algumas diversidades que servirão como estímulo e exemplo para os visitantes.

Para os coordenadores a visita foi extremamente útil, na medida em que ampliou os horizontes, possibilitando a implementação, em Minas Gerais, de vários projetos já desenvolvidos pelas Defensorias visitadas. De acordo com a coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar, "o agendamento dos assistidos é realidade no Pará, e em breve o será em Minas Gerais. A dignidade e humanização obtidas por meio do atendimento com prévia marcação de horário é medida que se impõe, a qual está entre os pontos fulcrais dessa gestão".

Para a coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital, Michele Glaeser, a visita foi muito importante, "pois nos deparamos com outras realidades e podemos agregar novos conceitos a alguns projetos que pretendemos desenvolver ainda esse ano. O principal deles é o agendamento por telefone, através do

129, que já está em pleno funcionamento tanto no Pará como no Maranhão."

Em relação aos núcleos especializados de atendimento psicossocial, a coordenadora técnica do Centro Psicossocial da DPMG, Raquel Azevedo, contou que há vários programas voltados para o atendimento psicossocial, dentre eles, o Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem Autor de Violência Doméstica e Familiar (NEAH), que oferece o direito de defesa e o atendimento interdisciplinar ao homem; e o acompanhamento psicossocial dos servidores por meio de programas de saúde e qualidade de vida.

Sistema de Informação

Conforme explicou o superintendente de Tecnologia da Informação, Adriano Otávio Rocha Teixeira, a visita às Defensorias Públicas dos dois estados teve como objetivo conhecer os sistemas utilizados para o funcionamento das Centrais de Relacionamento com o Cidadão (CRC's) e de Atendimento.

Adriano Teixeira explicou que cada estado utiliza sistemas diferentes para o desenvolvimento dos dois programas, com elementos que podem contribuir para a implantação de ambos na DPMG. "O sistema do Pará é mais focado no agendamento e no atendimento. Já o sistema utilizado pela DPE-MA, apesar de não aprofundar tanto no agendamento, é mais completo em relação ao atendimento do assistido, chegando, inclusive, a apoiar a atividade de assistência dada pelo defensor público", completou.

Coordenadora de Famílias e Sucessões da Capital, Michelle Glaeser; coordenadora de Atendimento da Capital, Eden Mattar; defensor público-geral do Maranhão, Werther de Moraes Lima Júnior; coordenadora de Atendimento da DPE-MA, Kamila Barbosa Damasceno e Silva; superintendente de TI da DPMG, Adriano Teixeira; e subdefensor público-geral da DPE-MA, Emanuel Pereira Accioly





AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG recebe visita de consultor regional do Prêmio Innovare, edição 2017

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, por meio da prática “A atuação do Grupo Interdefensorial do Rio Doce (GIRD) no âmbito do desastre ambiental ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana/MG.

Esforço concentrado na efetivação dos direitos e garantias dos atingidos”, recebeu, no dia 27 de junho, o consultor regional do Innovare, Matheus Perdigão Mendes, responsável por avaliar o trabalho desenvolvido pelos defensores públicos dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e da União, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana/MG. A entrevista realizada pelo consultor teve por objetivo avaliar a atuação do GIRD, em relação ao Prêmio Innovare 2017.

Ainda no mesmo dia, os defensores públicos dos Es-

tados de Minas Gerais, Espírito Santo e da União reuniram-se para alinhar estratégias de atuação do Grupo Interdefensorial do Rio Doce nos próximos meses, além do compartilhamento de informações em relação às várias demandas dos atingidos, perante a Fundação Renova, pessoa jurídica de direito privado, criada para implementar e gerir os programas de reparação, restauração e reconstrução das regiões afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana/MG.



Da esquerda para a direita: Os defensores públicos do Espírito Santo, Mariana Andrade Sobral e Rafael Mello Portella Campos; os defensores públicos de Minas Gerais, Rodrigo Zouain; Péricles Batista da Silva; e a coordenadora-geral, Luciana L. Lara Luce; o consultor Matheus Mendes; e os defensores públicos mineiros Fernanda Saraiva e Aylton Rodrigues; além dos defensores públicos da União, Francisco Machado e Estevão Ferreira Couto

Realizado o II Encontro Geral das Câmaras de Estudos

No dia 28 de junho, foi realizado, na sede da Defensoria Pública, na sala do Conselho Superior, o II Encontro Geral das Câmaras de Estudos, conforme prevê o artigo 4º da Deliberação 018/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno das Câmaras.

O encontro foi presidido pela coordenadora-geral do Centro de Desenvolvimento Institucional, Luciana Leão Lara Luce, e contou com a participação de membros integrantes das respectivas Câmaras.

Durante a reunião, foram apresentados os trabalhos já desenvolvidos pelos membros, além do estabelecimento de algumas sugestões a serem encaminhadas à defensoria pública-geral, dentre estas, a criação de um banco de petições, no âmbito de cada Câmara; ampliação da divulgação dos trabalhos realizados; e a possível integração das Câmaras de Estudos à Escola Superior da Defensoria Pública.

continua >>



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Realizado o II Encontro Geral das Câmaras de Estudos**

Segundo a coordenadora-geral, “as Câmaras de Estudos desempenham relevante papel institucional, na medida em que contribuem para o crescimento e o fortalecimento da Defensoria Pública mineira nas diversas áreas

de atuação, visando à defesa da autonomia e independência funcionais, seja por meio da divulgação de enunciados/teses e estratégias de atuação, ou por meio de sugestões de atuação/normatização aos órgãos da DPMG”.



Da esquerda para a direita: As defensoras públicas Marcella P. das Neves e Janaína Damas Ribeiro; os defensores públicos Antônio Moni de Oliveira; Felipe Soledade e Marcelo Paes; a coordenadora-geral, Luciana L. Lara Luce; as defensoras públicas Cryzthiane Andrade Linhares; Luciana Rabelo; Eliane Medeiros; Lívia Matias de Souza; Elisa Schroder Alves; Cleide Aparecida Nepomuceno e o defensor público Fabiano Torres

Coordenadoria de Atendimento da Capital reúne-se com a coordenação Local de Betim

A coordenadora de Atendimento da Capital, Eden Mattar, recebeu, dia 29.06.2017, visita do coordenador Local em Betim, Luís Renato Braga Arêas Pinheiro, para tratar da melhoria do atendimento inicial aos assistidos da Defensoria Pública. Um dos temas abordados foi a alternativa de agendamento, com triagem, em substituição à senha com fila. Participaram do encontro, o coordenador Local substituto EM Betim, José Victor Brandão de Faria, e os servidores Júlio César Silva e Dias, de Betim, e Kênia Aparecida Ferreira, de Belo Horizonte.

Para o defensor público Luis Renato Braga, “essa troca de experiências é extremamente salutar, pois serve como elemento identificador de projetos e atitudes, a influenciar positivamente cada uma das coordenações da DPMG. Por outro lado, a coordenadora do Atendimento teve a possibilidade de discutir projetos e medidas adotadas em Betim, aproveitando em sua lida diária”, destacou.



A servidora Kênia Ferreira, a defensora pública Eden Mattar; o defensor público Luis Renato Braga; o servidor Júlio César Silva; e o defensor público José Victor Brandão



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensora pública realiza palestra sobre envelhecimento e cidadania

A defensora pública Maurina Fonseca Mota de Matos, em atuação na Defensoria Pública em Montes Claros, proferiu, no dia 29 de junho, palestra sobre o tema “Envelhecer na perspectiva da cidadania”. A palestra aconteceu no Conselho Municipal do Idoso, da comarca.

Durante a apresentação, a defensora pública abordou a importância da participação política do idoso nos espaços democráticos de controle social das ações do

Estado. “No Brasil, a presença dos idosos nos conselhos de direitos e de políticas públicas, nas conferências e fóruns, enquanto espaços democráticos, contribui para fortalecer a consciência crítica e o protagonismo social, enquanto sujeito político de direitos”, explicou. Maurina Matos completou que são nestes espaços que se insere a perspectiva da emancipação da pessoa idosa como sujeito político, com capacidade de interferir nas decisões que lhes dizem respeito.



A defensora pública Maurina Matos apresentou, também, alguns direitos dos idosos relacionados a saúde, transporte coletivo, entidades de atendimento ao idoso, lazer, cultura e esporte, entre outros

DPDH participa de reunião para discutir reassentamento de famílias removidas para obras do córrego Ferrugem

A defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, em atuação na Defensoria Pública Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) participou no dia 30.06.2017, de reunião com o subsecretário estadual de Transportes e Obras Públicas, Célio Dantas, que tratou da agilização das obras de construção de apartamentos para famílias removidas das vilas Itaú, SAMAG, PTO e Sport Club, em razão das obras de requalificação urbana e ambiental do córrego Ferrugem. Também participaram do encontro representantes da Associação das Vilas de Contagem, do Instituto Sérgio Miranda e a Associação Melhorar a Bolsa-Moradia. A previsão de entrega dos apartamentos era janeiro

de 2015, mas até o momento não foram entregues.

A Defensoria Pública e os movimentos também pediram o aumento do valor do benefício da Bolsa Moradia assim como a abertura de diálogo e negociação para tratar da retomada das obras de construção das bacias de contenção de cheias.

Cleide Nepomuceno ressaltou que a DDPH ajuizou a Ação Civil Pública de nº 5034262-20.2016.8.13.0024 pedindo a responsabilização do Estado na obrigação de entregar os apartamentos e suspender as remoções enquanto não houver uma decisão administrativa a respeito da retomada das obras de bacias de contenção de cheias que foram paralisadas.



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensores públicos mineiros participam do II Encontro Nacional dos Defensores Públicos do Tribunal do Júri



Defensores públicos mineiros que participaram do II Encontro Nacional dos Defensores Públicos do Tribunal do Júri, realizado pelo Grupo dos Defensores Públicos do Júri do Brasil

Entre os dias 28 e 30 de junho, em Florianópolis, os defensores públicos Glauco de Oliveira Marciliano (Uberaba), Ana Gabriela Cardoso de Mello (Teófilo Otoni), João Paulo Torres Dias (Belo Horizonte); Liliansa Soares Martins Fonseca (Montes Claros); Marco Túlio Frutuoso (Belo Horizonte); Delma Gomes Messias (Barbacena), Giovani Batista Manzo (Belo Horizonte) e Romulo Luís Veloso de Carvalho (Betim) participaram do II Encontro Nacional dos Defensores Públicos do Tribunal do Júri, realizado pelo Grupo dos Defensores Públicos do Júri do Brasil.

A Escola da Defensoria Pública (Esdep-MG) contemplou, por sorteio entre os interessados, duas inscrições para participação no evento, que contou com palestras dos defensores mineiros, Marco Túlio Frutuoso e Giovani Batista Manzo.

O objetivo do encontro foi debater questões relacionadas ao procedimento do Tribunal do Júri, especialmente no que diz respeito ao plenário, de modo a garantir a verdadeira plenitude de defesa.

continua >>

O defensor público Marco Túlio Frutuoso, em atuação no 1º Tribunal do Júri de Belo Horizonte, apresentou o tema “O apelo emotivo na defesa em plenário”, na mesa presidida pelo defensor público João Paulo Torres Dias, da Defensoria Pública em Belo Horizonte



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Realizado o II Encontro Geral das Câmaras de Estudos****Palestras**

De acordo com Marco Túlio, o II Encontro Nacional dos Defensores Públicos do Tribunal do Júri foi muito produtivo e de suma importância para troca de experiências em nível nacional, contando com a participação de 120 defensores de 23 estados federados.

“Durante três dias foram debatidas questões atinentes a atuação da Defensoria Pública no procedimento do Tribunal do Júri. A interação entre defensores de todo o Brasil foi muito rica, um excelente momento de crescimento profissional. Todos ficaram ansiosos para o próximo encontro”, completou.

O defensor público Giovanni Batista Manzo (à direita), também em atuação no 1º Tribunal do Júri de Belo Horizonte, apresentou a palestra “Meus melhores júris foram aqueles que não aconteceram”, na mesa presidida pelo defensor público Rômulo Luís Veloso de Carvalho, do Defensoria Pública em Betim



De acordo com a avaliação do defensor público, a reunião com demais defensores públicos com atuação no júri mostrou-se relevantíssima, considerando o intercâmbio de informações na busca de uma unidade de atuação em prol do menos favorecido. “Além do mais, as experiências dos colegas das diversas regiões do Brasil fazem robustecer a formação de todos nós, tudo a melhorar a prestação do serviço público; afinal, as vivências só fazem acrescentar à bagagem profissional, permitindo que o destinatário da prestação jurídica oferecida pela Defensoria Pública se beneficie”, finalizou.

Defensoria Pública em Barbacena obtém liminar que suspende cobrança de taxas por faculdade

A Defensoria Pública em Barbacena obteve decisão favorável na Ação Civil Pública nº 0450282-47.2017.8.13.0000, ajuizada pelo coordenador Local em Barbacena, Felipe Rocha Panconi, que pedia a suspensão da cobrança de taxas vinculadas à prestação educacional, originada de Procedimento Administrativo de Instrução, pela faculdade Centro Educacional Aprendiz Ltda.

Em seu despacho, o desembargador Antônio Bispo determina que a faculdade se abstenha de cobrar quaisquer taxas, custos ou emolumentos para a emissão da primeira via de documentos, tais como declaração de matrícula, histórico escolar, ementa, certidão de conclusão de curso, a cada semestre acadêmico e após a conclusão do curso, excepcionada a expedição de segunda via de documentos, sendo que a cobran-

ça deve se limitar ao valor do custo da impressão e do papel utilizados. O efeito suspensivo deve ser observado ainda para cerimônias de colação de grau e segunda chamada de avaliações nos casos de doença, luto, casamento, convocação para atividades, cívicas ou jurídicas e impedimento por motivos religiosos.

O defensor público Felipe Panconi ressalta que “a Lei nº 9.870/99 dispõe que os serviços prestados pelas Instituições de Ensino Superior aos alunos, em regra, são remunerados pelas anuidades, semestralidades ou mensalidades. Observa-se que todos os serviços inerentes ao objetivo da prestação educacional devem estar inclusos em tais prestações, o que impede a cobrança das taxas impugnadas”.

Clique aqui para acessar a decisão.

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG discute alternativas à judicialização com a Secretaria de Saúde em Pouso Alegre

O coordenador da Regional Sul de Minas e Local em Pouso Alegre, Cristiano Maia Luz, reuniu-se, no dia 30 de junho, com a Secretária de Saúde de Pouso Alegre, Sílvia Regina Pereira da Silva, oportunidade em que foram discutidas medidas conjuntas para otimizar o atendimento à população.

Cristiano Luz considera “importante o alinhamento entre a Defensoria Pública e a Secretaria na busca de soluções alternativas à judicialização da saúde, para uma rápida e eficaz resolução das demandas da população na área da saúde”.

A Secretaria Municipal de Saúde de Pouso Alegre atende, em alta complexidade, as populações de 153 cidades da macrorregião do Sul de Minas e, em média complexidade, a 53 municípios. A secretaria é gestora do Hospital Regional, que atende a 16 microrregiões do Estado, correspondendo a 191 municípios, com uma população estimada em 3,5 milhões de habitantes.



A secretária municipal de Saúde, Sílvia Pereira, e o defensor público Cristiano Maia Luz

Defensor Público ministra palestra na pré-conferência de Assistência Social, em Betim

O coordenador Local em Betim, Luís Renato Braga Arêas Pinheiro, ministrou a palestra "Garantia de Direitos das Pessoas em Situação de Rua", dia 03.07.2017, na Pré-Conferência de Assistência Social, no Centro POP de Betim.

Luís Renato ressaltou que “a garantia aos direitos da

pessoa em situação de rua não se trata de um ato de benevolência e sim de uma política pública prioritária e obrigatória, de implementação imediata pelos agentes públicos. Trata-se do respeito ao princípio constitucional do mínimo existencial e da dignidade da pessoa humana”, disse o defensor público.



O defensor público Luís Renato, durante palestra no Centro POP de Betim



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensora pública de Minas Gerais participa de audiência pública na Câmara dos Deputados

No dia 05 de julho, a defensora pública de Minas Gerais, Daniele Bellettato, participou de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, para discutir a situação de crianças e adolescentes em entidades de acolhimento.



Defensora pública Daniele Bellettato (à direita), ao lado da defensora do Rio de Janeiro, Eliza Cruz, e do presidente da CDHM, deputado federal Paulão

Participou também da reunião, representando a Comissão da Infância e Juventude da Anadep, a defensora pública do Rio de Janeiro, Elisa Cruz.

De acordo com o Cadastro Nacional de Adoção, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), existem 7.700 crianças à espera de adoção no Brasil e cerca de 40 mil candidatos habilitados à procura de novos filhos e filhas. Um dos principais problemas para essa conta não fechar é a expectativa por um perfil muito específico por parte de quem quer adotar: crianças muito novas, sem irmãos e, de preferência, brancas.

A defensora pública Daniele Bellettato iniciou a sua fala pontuando a importância de discutir o que leva as crianças ao acolhimento institucional. Para a defensora, é essencial garantir o direito das famílias em situação de vulnerabilidade para que elas não percam o vínculo com seus filhos. "A psicologia, a medicina e a assistência social são ciências que trazem, para nós, informações de estudos seguros que toda institucionalização trará danos a essa criança. Danos afetivos, danos de desenvolvimento psicológico e desenvolvimento intelectual. As oportunidades de relacionamento dessa criança, tanto em âmbito familiar, quanto em âmbito comunitário serão afetadas. Por isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) faz essa preferência no trabalho anterior, ou seja, antes de ser necessário o acolhimento. Assim, a utilização do acolhimento institucional como solução para as vulnerabilidades sociais é o que me preocupa nesse debate", destacou a defensora pública de Minas Gerais.

A defensora pública Elisa Cruz citou, resumidamente, três alternativas para a questão da adoção no Brasil: uma melhoria na capacitação das famílias no processo de adoção, um programa de apadrinhamento para auxiliar crianças e adolescentes que ainda não seguiram para adoção e o apoio técnico e social à todas as famílias que decidem adotar. Segundo Elisa Cruz, uma das prioridades é humanizar o processo, que ainda é mecanizado e despersonalizado. A defensora pública defendeu também a figura da família acolhedora.

Também compuseram a mesa de debates, a secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Cláudia Freitas Vidigal, além do juiz de Direito e presidente da Comissão da Infância e Juventude da Associação Alagoana de Magistrados (Almagis), Carlos Cavalcanti, e o deputado federal Paulão, que presidiu o debate. A sessão contou com a participação ativa dos deputados federais mineiros Lincoln Portela e Adelmo Carneiro Leão.

A audiência também tratou da questão do acolhimento compulsório de bebês, que vem ocorrendo em Belo Horizonte. A secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cláudia Freitas Vidigal, informou que está agendada, para o dia 01 de agosto, uma missão interinstitucional do Conanda, CNJ e Conselho Nacional do Ministério Público para analisar o tema na Capital mineira, que já tornou-se de relevância nacional, dada a gravidade da situação.



AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG participa, no Rio de Janeiro, de seminário sobre atendimento à população de rua

A defensora pública Júnia Roman Carvalho, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou do "I Seminário Nacional de Defensoria Pública e População de Rua", nos dias 6 e 7 de julho, no Rio de Janeiro. O evento foi realizado pelas Defensorias Públicas do Rio de Janeiro e da União, com o objetivo de debater a assistência jurídica à população em situação de rua prestada pela Instituição.



O ouvidor-geral externo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Alderon Pereira da Costa, e a defensora pública Júnia Roman

Participantes do encontro aprovaram uma carta destinada à Presidência do Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege), solicitando a implementação de diretrizes de priorização de atendimento para a população em situação de rua em todas as Defensorias Públicas estaduais, nos moldes das diretrizes lançadas pela Defensoria Pública da União (DPU). O documento pede ainda a criação de uma comissão permanente de discussão do tema e articulação de estratégias de atuação no âmbito do Condege.

Durante o seminário, representantes do Movimento Nacional da População de Rua entregaram documento aos defensores públicos, solicitando a priorização de ações que garantam o acesso à moradia digna para todas as pessoas em situação de rua.

Para a defensora pública Júnia Roman, "o seminário permitiu o debate de experiências de outras Defensorias Públicas no atendimento às pessoas em situação de rua, como a Ronda de Direitos Humanos (Ronda RH), no Rio de Janeiro". O projeto, destinado a acompanhar as abordagens feitas por agentes públicos, permitiu a redução das violações de direitos praticadas por agentes municipais em mais de 60% e a dos estaduais em mais de 70%.

Defensoria Pública em Montes Claros participa de seminário sobre judicialização da saúde no Norte de Minas

A defensora pública Maurina Fonseca Mota de Matos, em atuação na Defensoria Pública em Montes Claros, participou, no dia 07.07.2017, do 1º Seminário Sobre Ju-

dicialização da Saúde da Região Ampliada Norte de Minas Gerais, realizado no auditório da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (AMAMS).

continua >>



O presidente da 11ª Subseção da OAB/MG, André Crisóstomo; o procurador-geral do município de Montes Claros, Otávio Rocha; a defensora pública Maurina Mota de Matos; o desembargador Renato Dresch; o secretário de Saúde de Berizal, Edvaldo Farias; e o secretário de Saúde de Taiobeiras, Eduardo Luiz da Silva

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Defensoria Pública em Montes Claros participa seminário sobre judicialização da saúde no Norte de Minas**

O encontro, parceria entre a Prefeitura de Montes Claros e o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais (COSEMS/MG), teve como objetivo promover a aproximação entre as prefeituras e o Judiciário, esclarecendo dúvidas e promovendo reflexão sobre o assunto.

De acordo com a defensora pública Maurina Fonseca de Matos, “o encontro foi importante, pois são inúmeros os casos de assistidos que procuram a Defensoria Pública, visando obter medicamentos, exames e outros insumos através da justiça, e a discussão do assunto é necessária. Porém, a Defensoria Pública sempre procura resolver a demanda na via administrativa antes de ajuizar a ação,

evitando, assim, a judicialização do caso, só ajuizando, após a negativa do Estado ou do Município”, ressaltou.

O seminário debateu temas como o impacto orçamentário no Município diante da Judicialização da Saúde no SUS; organização do Sistema Único de Saúde – Experiências Exitosas frente à Judicialização; e forma de enfrentamento da Judicialização da Saúde.

Participaram do encontro os desembargadores Renato Dresch e Osvaldo Oliveira Araújo Firmo; os deputados Carlos Pimenta e Arlen Santiago, da comissão de saúde da Assembleia Legislativa; juízes, promotores de Justiça; e secretários municipais da região, entre outras autoridades.

Defensoria Pública recebe representantes do INSS

No dia 07.07.2017, a coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar, recebeu, na sede I da DPMG, os representantes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Hudson Ferreira (gerente executivo em Belo Horizonte), Gisele Braga (chefe do serviço de atendimento) e Maristane Medrado (chefe de divisão de benefícios).

Durante o encontro, Eden Mattar apresentou os serviços prestados pela DPMG e o fluxograma de atendimento. Os visitantes puderam conhecer o trabalho dos colaboradores do Setor de Atendimento, verificando in loco os pontos em comum entre as duas instituições.

Desse contato, surgiram novas ideias e a parceria iniciada com a visita da coordenadora Eden Mattar ao INSS, realizada em maio deste ano, se intensificou. Os representantes das instituições estão trocando informações e pretendem, em breve, fazer um intercâmbio de informações e documentos específicos, com o intuito de tornar

mais efetivos os serviços de ambas as instituições.

Os participantes convidados também esclareceram algumas dúvidas quanto à DPMG e à Defensoria Pública da União (DPU), instituição com a qual têm estreito contato.

Ao final do encontro, os visitantes foram recepcionados pela coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Tífanie Avellar Carvalho, que forneceu mais informações sobre a missão e sobre os projetos desenvolvidos pela Defensoria Pública de Minas Gerais.

Na visão da coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar, o contato foi “extremamente importante. Cada dia mais nos aproximamos do intuito de efetivar o atendimento agendado dos assistidos da DPMG. A experiência vivida com o INSS e com as demais instituições visitadas já cria um ambiente de capacitação que torna mais próxima a concretização do tão sonhado CRC”.



Chefe do serviço de atendimento do INSS, Gisele Braga; gerente executivo Hudson Ferreira; coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Tífanie Avellar Carvalho; chefe de divisão de benefícios, Maristane Medrado; e a coordenadora do Atendimento, Eden Mattar

AÇÕES EM DESTAQUE

TJMG confirma sentença que obriga município de Belo Horizonte a assegurar matrícula de crianças de 0-5 anos em creche e pré-escola

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) confirmou, em Reexame Necessário, sentença que determinou ao Município de Belo Horizonte que assegure a matrícula de infantes mediante a abertura de novas vagas nas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs), em Ação Civil Pública de nº 1.0024.13.293347-4/002, ajuizada pela Defensoria Pública, por meio do coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa.

A sentença, que rejeitou as preliminares de ilegitimidade da Defensoria Pública para o ajuizamento da ação e de incompetência da Vara da Infância e Juventude, prevê que o Município também deve disponibilizar vagas para crianças de zero a cinco anos de idade, da Regional Pampulha, em creche e pré-escola em período integral, “haja vista a expressa previsão legal constante no artigo 157, parágrafo 1º, inciso II, de sua Lei Orgânica”. Ainda cabe recurso, que não tem efeito suspensivo, de modo que a Defensoria Pública poderá promover a execução provisória da sentença.

O defensor público Wellerson da Silva Corrêa considera que a sentença “representa um importante precedente que terá reflexos nas demandas repetitivas de vagas em UMEI a serem apreciadas pelo TJMG”.

Wellerson da Silva Corrêa ressalta que o Supremo Tribunal Federal negou provimento, por unanimidade, ao Recurso Extraordinário 733.433-MG, em novembro de 2015, interposto pelo Município de Belo Horizonte contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com repercussão geral reconhecida e que atinge 23 casos sobrestados, confirmando a legitimidade da Defensoria Pública para propor ação civil pública para a tutela de interesses e direitos difusos. “A referida ação civil pública retornou ao juízo de origem, a Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, em março deste ano, para o julgamento do mérito. Esta ação tem caráter universal, contemplando todas as crianças de zero a cinco anos de Belo Horizonte, que necessitam de vaga em UMEI”, destaca o defensor público.

[Clique aqui para ler a sentença.](#)

DPMG obtém vitória em processo que determina ao Estado o pagamento de pensão de cinco salários mínimos a Eugênio Fiúza

No dia 11.07.2017, a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) julgou improcedente o agravo de instrumento interposto pelo Estado de Minas Gerais visando retirar ou reduzir a pensão mensal, fixada, liminarmente, em cinco salários mínimos, em favor de Eugênio Fiúza de Queiroz, para dois salários mínimos. Com a decisão, o assistido da Defensoria Pública de Minas Gerais volta a receber sua pensão mensal no valor estabelecido em liminar.

Para a defensora pública Marta Juliana Marques Rosado Ferraz, em atuação na Defensoria Especializada na Segunda Instância e Tribunais Superiores – Cível (Desits), 2ª Instância, “o resultado é uma vitória da Defensoria Pública, que atuou para corrigir uma injustiça sem precedentes históricos, cometida por um erro judiciário, com repercussão nacional. É o fruto do esforço de vários defensores públicos, com atuação nas áreas Criminal, de Direitos Humanos, Fazenda Pública Estadual e na Segunda Instância (Desits Criminal e Cível). O trabalho foi muito bonito, pois é resultado da soma dos vários esforços

individuais de defensores que, sensibilizados, uniram-se em torno de um objetivo comum: resgatar a dignidade e a vida do assistido Eugênio”, destaca Marta Rosado.

Entenda o caso

Eugênio Fiúza, assistido pela Defensoria Pública, foi preso em 1995, depois de ser identificado na rua por uma vítima como autor de estupro. Reconhecido por mais oito vítimas, foi condenado a 37 anos de prisão em cinco processos criminais. O caso só começou a ser esclarecido em 2012, quando Pedro Meyer Ferreira Guimarães, o verdadeiro “maníaco do Anchieta”, autor dos crimes, foi reconhecido por diversas vítimas, inclusive as que, anteriormente, haviam identificado Eugênio Fiúza como autor dos delitos.

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais entrou com cinco revisões criminais e logrou êxito com a absolvição de Eugênio pela prática dos estupros, ajuizando, ainda, ação de indenização por danos material, moral e existencial, na qual postula indenização de R\$ 3 milhões e pensão alimentícia.



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública recebe Comissão da OAB/MG

No dia 12.07.2017, a coordenadora de Estágio e Serviço Voluntário da Defensoria Pública de Minas Gerais, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, recebeu estagiários representantes da Comissão da Ordem dos Advoga-

dos do Brasil, Seção Minas Gerais (OAB/MG).

Os estudantes vieram conhecer como funciona o Setor de Estágio e Serviço Voluntário da DPMG e o processo seletivo simplificado para estagiários da Instituição.



Coordenadora de Estágio e Serviço Voluntário, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; e os membros da comissão da OAB, Laura Bernis, João dos Reis e Vinícius Barbosa

DPDH debate atuação de mineradoras em Minas com o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos

O coordenador da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), Aylton Magalhães, reuniu-se com representantes do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDDH) e do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, no dia 12.07.2017, no Gabinete da Defensoria-Geral, com o objetivo de tratar dos impactos e atuação de mineradoras no Estado, em específico na região de Conceição do Mato Dentro, e as

constantes ameaças recebidas por lideranças comunitárias que atuam pelo direito a terra e território.

Participaram da reunião as defensoras públicas Cleide Nepomuceno e Ana Cláudia Alexandre, em atuação na DPDH; a chefe de Gabinete Luciana Leão Lara Luce; os representantes da CBDDDH, Maria Julia Gomes, Luismar Ribeiro Pinto e Julia Lima; e do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos, Aline Pacheco Silva e Patrícia Generoso Thomaz.



Encontro discutiu atuação de mineradoras no Estado, com foco em Conceição do Mato Dentro



Eventos

DPMG participa de audiência pública que debateu concessão da rodovia MG-290, em Inconfidentes

O coordenador Local da Defensoria Pública em Ouro Fino, Evandro Luiz dos Santos, participou, no dia 21 de junho, de audiência pública para esclarecimentos e sugestões sobre a concessão da rodovia MG-290, realiza-

da no Instituto Federal Sul de Minas, em Inconfidentes.

Na oportunidade, o defensor público concedeu entrevista à rádio Difusora de Ouro Fino.

[Clique aqui para ouvir a entrevista.](#)

FOTO: CLAUDIO LOPES)

O defensor público Evandro Santos (4ª posição à direita)



Defensoria Pública participa da conclusão da implantação do SEEU em Uberaba

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo coordenador da Regional Triângulo I, Elias Manuel Gomes, dia 29.06.2017, na cerimônia que marcou o término da implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) em Uberaba. O evento foi realizado no Fórum local. Participou, também, o defensor público Fabrizio de Moraes

Barros Mussolin, em atuação na comarca.

O SEEU abole os autos físicos e regula automaticamente os benefícios a que os sentenciados têm direito para evitar atrasos na concessão e permite a movimentação simultânea de um processo de execução por juízes, servidores, advogados, promotores e defensores.

Defensores públicos em Uberaba e demais autoridades, na cerimônia que marcou o fim da implantação do SEEU na comarca



EVENTOS

Defensoria Pública participa da instalação da Comissão Extraordinária das Mulheres da ALMG

A assessora Institucional Cibele Cristina Maffia Lopes, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, dia 5.07.2017, na solenidade de instalação da Comissão Extraordinária das Mulheres da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A retomada das atividades da Comissão pretende dar prosseguimento às ações no Parlamento mineiro especialmente destinadas à defesa dos direitos dessa parcela da população. Também participaram a assessora Institucional Diana de Lima Prata Camargos e as defensoras públicas Júnia Roman Carvalho e Raquel Passos, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH).

A comissão atuou no último biênio, em uma ação

pioneira no Legislativo em todo o País. Nesse período, foi realizada uma série de debates e audiências públicas sobre a situação das mulheres no Estado e a necessidade de maior participação feminina na política.

Em seu discurso, Cibele Maffia Lopes destacou sentir-se “honrada de participar, mais um vez, em nome da Defensoria Pública, de um debate sobre os direitos das mulheres e de poder contribuir efetivamente para a garantia do exercício desses direitos”. Ressaltou que a Defensoria Pública está atenta às questões relativas às mulheres, “particularmente às mulheres negras e pobres, grupo vulnerável para o qual a Defensoria Pública foi talhada, pela ordem constitucional, para atender”.

FOTO SARAH TORRES/ALMG



A desembargadora Kárin Liliane de Lima Emmerich; as deputadas Celise Laviola, Marília Campos e Geisa Teixeira; a subsecretária de Política para as Mulheres, Larissa Amorim Borges; e a assessora Institucional Cibele Lopes



A assessora Institucional Diana de Lima Prata Camargos; as deputadas Marília Campos e Geisa Teixeira; a assessora Institucional Cibele Lopes e a subsecretária de Política para as Mulheres, Larissa Amorim Borges

EVENTOS

Defensoria Pública participa de seminário que debateu perdas causadas pelas desonerações da Lei Kandir

No dia 6 de julho, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pela assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, no seminário realizado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em parceria com a Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater a necessidade de compensação aos estados das perdas ocasionadas pela Lei Kandir.

A Lei Kandir (Lei Complementar Federal 87, de 1996) estabeleceu a desoneração do ICMS sobre exportações de commodities, como o minério de ferro e o café. Em 20 anos, o prejuízo causado a Minas pela medida é estimado em R\$ 135 bilhões. Desse total, cerca de R\$ 34 bilhões seriam devidos diretamente aos municípios e o restante, R\$ 101 bilhões, ao Estado.

Por outro lado, a dívida de Minas com a União é de aproximadamente R\$ 87 bilhões, inferior, portanto, ao crédito que o Estado teria a receber nesse acerto de contas.

Em novembro de 2016, no julgamento de ação movida pelo Estado do Pará, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu um prazo de 12 meses para que o Congresso Nacional aprove uma lei para regulamentar a compensação aos estados prejudicados. Caso isso não aconteça, caberá ao Tribunal de Contas da União realizar os cálculos para o repasse.

Durante o seminário, foi proposta uma mobilização política nacional, com a união de políticos das três esferas de governo em um ato em Brasília, no dia 2 de agosto.

Ccom informações da ALMG



Assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias (à esquerda)

Defensoria Pública participa da abertura do III Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pela chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara Luce, dia 06.07.2017, na abertura do III Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais, no Salão Nobre do Palácio da Justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O encontro, com o eixo temáti-

co “Poder Judiciário e Sociedade Democrática – O Papel das Ouvidorias Judiciais”, teve por finalidade difundir o instituto das ouvidorias como instrumento de promoção da cidadania e de aprimoramento democrático da gestão do Poder Judiciário.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Defensoria Pública participa da abertura do III Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais****A chefe de Gabinete, Luciana Leão Lara Luce**

A palestra de abertura dos trabalhos foi feita pelo ministro Carlos Mário da Silva Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que abordou o papel das ouvidorias como institutos de democracia participativa. O ministro fez um percurso histórico do surgi-

mento das primeiras ouvidorias no Brasil, recordando a chegada do primeiro ouvidor-geral na então colônia portuguesa, ainda antes do surgimento das primeiras capitanias hereditárias.

O encontro reuniu ouvidores de 26 tribunais estaduais, além de ouvidores de outros poderes e instituições e renomados juristas, como o presidente do Tribunal da Relação do Porto, em Portugal, juiz desembargador Henrique Luís de Brito Araújo.

Palestra – Dia 07.07.2017, a assessora Institucional Diana de Lima Prata Camargos, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na palestra “Poder Judiciário e Sociedade Democrática - o papel das Ouvidorias Judiciais” proferida pela Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, presidente do Supremo Tribunal Federal, no Encontro.

Com informações do TJMG

DPMG participa da abertura da Conferência Estadual de Saúde das Mulheres

A assessora Institucional Cibele Cristina Maffia Lopes representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na abertura da I Conferência Estadual de Saúde das Mulheres, no dia 10.07.2017, no Minascentro, na Capital. O evento tem como tema “Saúde da Mulher: desafios para integralidade com equidade” e tem por objetivo propor diretrizes para a Política Estadual e Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher no Sistema Único de Saúde (SUS).

A ação é fruto das discussões e propostas apresentadas nas conferências municipais, realizadas no interior

do estado, e também nas plenárias dos movimentos populares e sociais organizadas pelo Conselho Estadual de Saúde (CES-MG), conselheiros e profissionais de saúde.

Em seu discurso, Cibele Maffia ressaltou o papel da Defensoria Pública na defesa e garantia dos direitos da mulher. Destacou a importância da adoção de políticas públicas efetivas que assegurem os direitos da mulher, assim como “a necessidade de as mulheres se organizarem como força política para superar a invisibilidade”.

Com informações da Agência Minas

A deputada Marília Campos; a defensora pública Cibele Maffia; e a subsecretária de Política para as Mulheres, Larissa Amorim Borges

EVENTOS

Defensoria Pública prestigia lançamento de revista da PMMG

A Defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pela assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tífanie Avellar Carvalho, na solenidade de lançamento da edição 70 da Revista “O Alferes”. A coordenadora estava acompanhada pelo chefe do Centro de Segurança Institucional da DPMG, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto.

O evento aconteceu no dia 13.07.2017, no auditório da Academia de Polícia Militar, e contou com a presença de diversas autoridades, como o comandante da Aca-

demia, cel. PM Robson José de Queiroz, e o chefe do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, ten. cel. PM Hélio Hiroshi, entre outras.

A Revista “O Alferes” é instrumento de divulgação do conhecimento e doutrina da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Foi criada de forma experimental em janeiro de 1976. O periódico veio efetivamente a público em 1983 e, em 1986, passou a ser instituído em caráter permanente e definitivo na PMMG.

Com informações da PMMG



Chefe do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, ten. cel. PM Hélio Hiroshi; comandante da Academia de Polícia Militar, cel. PM Robson José de Queiroz; assessora de Planejamento e Infraestrutura, Tífanie Avellar Carvalho; assessor de Relações Institucionais da União dos Militares do Estado de Minas Gerais (UMMG), cel. PM Eduardo César Reis; e o chefe do Centro de Segurança Institucional da DPMG, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto

Defensoria Pública Itinerante

Defensoria Itinerante presta atendimento em Papagaios

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Pitangui promoveu, no dia 4 de julho, a Defensoria Itinerante na cidade de Papagaios. Foram realizados 80 atendimentos, nas áreas de Família, Criminal e de Registro Público, com a propositura de 31 ações. Participaram do atendimento a coordenadora Local em Pitangui, Patrícia Mesquita Amaral, a servidora Paula Diniz e os estagiários Ricardo de Bessa, Lívia Lobato, Maria Clara Morato, Markiana Marques, Karen Silva, Ana Luiza Faria, Brenda Santos e Susana Neves.

O atendimento foi realizado na Câmara Municipal de

Papagaios, com apoio dos vereadores Carlos Heleno Reis Faria e Ronaldo Alves Batista, e dos servidores Danielle Aparecida de Barcelos, Chirley Dantas de Souza, Ana Lúcia Nogueira Lopes Santana e Tony Xavier.

De acordo com a defensora pública Patrícia Amaral, “a iniciativa permitiu o atendimento a assistidos que não têm condições de acessar os serviços da Defensoria Pública em Pitangui, devido a questões econômicas, e demonstrar que a Instituição está atenta às dificuldades sociais da população mais carente”.



Da esquerda para direita: Susana Neves; vereador Carlos Heleno Reis; Ana Luiza Faria; Karen Silva; servidora Paula Diniz; Chirley Souza; Danielle Barcelos; defensora pública Patrícia Mesquita Amaral; Ricardo de Bessa; Brenda Santos; Lívia Lobato; Maria Clara Chaves; Markiana Marques e o vereador Ronaldo Alves Batista

Escola Superior

Seminário de Direito das Famílias das Defensorias Públicas tem participação de 59 defensores de Minas Gerais



A Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep), em conjunto com as Escolas das Defensorias Públicas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal, realizou o Seminário de Direito das Famílias das Defensorias Públicas, nos dias 20, 21, 22, 27, 28 e 29 de junho.

O evento aconteceu no auditório da Defensoria Pública de São Paulo (DPESP) e foi disponibilizado online para os defensores públicos com atuação na área de família, por meio da plataforma de ensino a distância da DPESP.

Cerca de 60 defensores públicos de Minas Gerais participaram da capacitação, cujas aulas foram ministradas por profissionais renomados na área e com enfoque na atuação prática na área de família.

A Esdep patrocinou a participação dos palestrantes Nelson Rosenvald, procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e doutor em Direito Civil (PUCSP); e Rodrigo da Cunha Pereira, advogado, professor da PUC/MG, e doutor em Direito Civil.

As palestras continuam disponíveis para os inscritos até o dia 29 de julho.

DPMG participa do XXIII Conbrascom

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais participou, de 28 a 30 de junho, do XIII Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom 2017) e XV Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, sendo representada pelo assessor de Comunicação Social, Rodrigo Neves e pela Relações Públicas, Isabel Daher. O congresso aconteceu em Maceió, capital de Alagoas e teve como tema principal deste ano, “Gestão da Comunicação: da rotina operacional à dimensão estratégica”.

A participação da DPMG no congresso foi promovida pela Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep), dando continuidade à política de capacitação de membros e servidores, em busca da melhoria dos serviços prestados.

Realizado pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), organização voltada à promoção de debates e ações para aproximar as organizações públicas do cidadão, tem como objetivo ampliar a visibilidade do material produzido pelas assessorias de comunicação públicas.

Para o assessor de Comunicação Social da DPMG, Rodrigo Neves, a participação em eventos desta grandeza, que reúnem profissionais da área de Comunica-

ção Social de entidades ligadas à Justiça em todo o país é importante, principalmente pela oportunidade de trocas de ideias. “Conhecendo metodologias e estratégias aplicadas em várias instituições de todos os estados, podemos, inclusive, mensurar a qualidade dos serviços que prestamos, avaliando o trabalho positivo e negativo na gestão da comunicação interna e externa”, ponderou.

Para a Relações Públicas, Isabel Daher, o congresso foi muito proveitoso por oportunizar o aprimoramento e a reciclagem do conhecimento teórico e compartilhar o conteúdo prático. “As dinâmicas se deram por meio das oficinas com a troca de experiências, possibilitando, ainda, ampliar a rede de contatos com profissionais de outros estados e a interação para o diálogo sobre oportunidades, forças, fraquezas, contribuindo também como um gerador motivacional.

O evento reuniu mais de 200 profissionais de comunicação das Defensorias Públicas, Poder Judiciário, Ministério Público, OAB’s, Tribunais de Contas, entidades representativas, jornalistas e universitários.

continua >>



EVENTOS | Continuação

DPMG participa do XXIII Conbrascom

Isabel Daher (DPMG), Naurimar Franco (DPE/MS), Rodrigo Neves (DPMG), Vanda Amorin (DPE-BA), Socorro Boaes (DPE/MA), Edney Martins (presidente FNCJ), Tatiane Pimentel e Edjer James (DPE/GO)

DPMG NA MÍDIA

Uber divulga vídeo de casal que se uniu no Casamento Comunitário

Depois de 33 anos de união estável, Adermo Amaro Bento e Rosalina Silva Nobre foram um dos mil casais que se casaram no Casamento Comunitário promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais, em Belo Horizonte, no dia 23 de junho.

Parceira do evento, a Uber produziu um vídeo sobre a união do casal, que está sendo divulgado no Facebook da empresa.

[Clique aqui para ver o VT](#)




Belo Horizonte, Ginásio do Mineirinho
Casamento Comunitário da Defensoria Pública
23 de junho de 2017





Convites



5º
CONCURSO DE
Práticas Exitosas
DPMG • 2017

Convite



A Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, por meio da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG - CooproC, convida para o **V Concurso de Práticas Exitosas da Defensoria Pública de Minas Gerais.**

Data: 14 de julho de 2017
Horário: 13:30 horas
Local: Auditório da DPMG – Rua Bernardo Guimarães, 2.640, 3º andar
 Belo Horizonte, Minas Gerais

>> Saiba mais

MUTIRÃO

para propositura de ações de retificação de nome para pessoas Transexuais e Travestis

Inscrições até **21/07/2017**

Local: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
Rua Guajajaras, 1.707, 6º andar, sala 602
Barro Preto - Belo Horizonte - MG

Horário: 9h às 16h



Saiba mais >>

Realização:



BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional. Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Sede I – Rua Guajajaras, 1.707 – Barro Preto, BH, MG
www.defensoria.mg.def.br

